COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 2.180, DE 2015 (Apensado o PL nº 2.728, de 2015)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro" para disciplinar o trânsito nas ciclovias e ciclofaixas.

Autor: Deputado FABIO REIS

Relator: Deputado MAURO MARIANI

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe pretende alterar a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para disciplinar o trânsito nas ciclovias e ciclofaixas.

Conforme a proposta, o ato de parar o veículo nas ciclovias e ciclofaixas constituirá infração leve, sujeito a multa.

Ainda, pretende-se estabelecer que a ação de o condutor de ciclos deixar de transitar nas ciclovias ou ciclofaixas seja considerada infração gravíssima, sujeita a multa e à retenção do ciclo. Nesse contexto, se o infrator não for portador de Carteira Nacional de Habilitação – CNH –, o valor das multas será vinculado ao seu número de Cadastro de Pessoa Física – CPF –, podendo o valor ser inscrito em Dívida Ativa em decorrência de inadimplência.

O Projeto de Lei nº 2.728, de 2015, encontra-se apensado ao projeto de lei em comento. Essa proposição pretende vedar o tráfego de bicicletas e congêneres nas vias em que haja ciclovia marginal.

Nos termos do art. 32, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Viação e Transportes manifestar-se sobre o mérito da matéria.

Em seguida, a presente proposição será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para a análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo tramita sob a égide do poder conclusivo das comissões.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o nosso relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A proposta em pauta vai ao encontro de uma necessária política de melhorar o trânsito e a mobilidade nas nossas cidades. Com esse nobre motivo, a proposição em análise pretende determinar que o ato de parar o veículo nas ciclovias e ciclofaixas seja infração leve, sujeito a multa.

Verifica-se que o transporte não motorizado representado por bicicletas tem tido seu uso cada vez mais incentivado, portanto há crescente demanda por instalação de ciclovias e ciclofaixas nas cidades brasileiras.

Dessa maneira, é necessário que seja feita a adequação da legislação, no caso o Código de Trânsito Brasileiro, no que diz respeito a essas vias dedicadas ao uso da bicicleta. Ressalta-se que já existe a previsão de infração, penalidade e medida administrativa para o ato de estacionar sobre ciclovias ou ciclofaixas, assim como a de infração e penalidade para o condutor que transitar com o veículo nesse tipo de via.

Bastante pertinente, assim, a proposta de estabelecer que também a ação de parar veículos em ciclovias e ciclofaixas seja infração leve, sujeita a multa, uma vez que se deve promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas.

Quanto ao fato de se estabelecer que a ação de o condutor de ciclos deixe de transitar nas ciclovias ou ciclofaixas seja considerada infração gravíssima, sujeita a multa e à retenção do ciclo, entendemos que o melhor caminho é alterar a redação do art. 255 do CTB, que trata da proibição de conduzir bicicleta em passeios onde não seja permitida a circulação desta.

Em relação ao PL nº 2.728, de 2015, não obstante concordarmos com o mérito da matéria, ressalvamos a forma como a proposição foi apresentada, ou seja, mediante um projeto de lei isolado, embora se aborde um assunto de trânsito. Assim, em atendimento à Lei Complementar nº 95/98, que trata da redação das normas legais, elaboramos Substitutivo, incluindo, no Código de Trânsito Brasileiro, os assuntos trazidos pelos projetos de lei em exame.

Diante de todo o exposto, somos pela APROVAÇÃO do PL nº 2.180, de 2015, e do PL nº 2.728, de 2015, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado MAURO MARIANI
Relator

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.180, DE 2015, E Nº 2.728, DE 2015.

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para disciplinar o trânsito nas ciclovias e ciclofaixas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VI do artigo 182 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 182

.....
VI - no passeio ou sobre faixa destinada a pedestre, sobre ciclovia ou ciclofaixa, bem como nas ilhas, refúgios, canteiros centrais, e divisores de pista de rolamento e marcas de canalização:

.....
.....” (NR)

Art. 2º O artigo 255 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 255 Conduzir bicicleta em passeios ou onde não seja permitida a circulação desta, ou fora das ciclovias e ciclofaixas, quando a via dispuser destas, ou de forma

agressiva, em desacordo com o disposto no parágrafo único do art. 59:

.....
.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado MAURO MARIANI
Relator

2015-18295